

GOVERNANÇA, EPISTEMOLOGIA E ÉTICA NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

DOI: 10.5281/zenodo.18616185

Rejane Rosa de Amorim

Email: amorimrejane40@gmail.com



No contexto epistemológico contemporâneo sobre inteligência artificial, torna-se fundamental distinguir entre processamento algorítmico, compreensão e juízo. Embora sistemas de IA operem com elevada capacidade de inferência indutiva, identificando padrões e regularidades em grandes volumes de dados, tal desempenho não equivale à resolução do problema epistemológico da indução. Desde Hume (1748), sabe-se que a passagem do particular ao universal carece de justificação lógica necessária, dependendo de pressupostos extraempíricos que escapam ao cálculo formal. A inteligência artificial, ao realizar induções estatísticas, não supera esse impasse, apenas o operacionaliza tecnicamente. Como observa Popper (2004), o conhecimento científico não avança por confirmações indutivas, mas por conjecturas e refutações, dimensão crítica ausente nos sistemas algorítmicos, que operam majoritariamente por correlação e otimização. Nesse sentido, ainda que a IA simule comportamentos interpretativos, ela não compreende nem julga, pois lhe faltam intencionalidade, consciência e inserção em comunidades epistêmicas, conforme evidenciado por Kuhn (2011).

O risco epistemológico se agrava quando tais sistemas passam a orientar ou substituir decisões humanas, produzindo uma governamentalidade algorítmica que, como analisa Foucault (2008), reorganiza condutas ao apresentar escolhas como neutras e inevitáveis. A hiperdependência humana desses sistemas implica a erosão do juízo crítico, entendido por Arendt (2004) como faculdade política fundamental, além de

reforçar a monocultura do saber técnico-científico denunciada por Santos (2007), que silencia saberes situados e plurais. Sob uma perspectiva pós-colonial e narrativa, Adichie (2014) lembra que a produção de sentido está intrinsecamente ligada às histórias, experiências e posições de enunciação, dimensões irreduzíveis à lógica algorítmica. Assim, a IA não resolve o problema da inferência indutiva nem substitui a compreensão humana; ao contrário, sua centralidade excessiva revela o perigo de uma renúncia progressiva ao pensamento, ao juízo e à responsabilidade epistemológica.

Quando os dados passam a organizar a produção do conhecimento, o controle do saber não desaparece, mas se desloca para instâncias técnicas, institucionais e econômicas que definem quais dados são coletados, como são processados e com que finalidades são interpretados. Embora os dados sejam frequentemente apresentados como neutros e autorreferentes, eles são produzidos a partir de escolhas humanas, interesses institucionais e exclusões estruturais. Kuhn (2011) já indicava que não há observação sem paradigma; analogamente, não há dado sem enquadramento epistemológico. A ilusão de que os dados “falam por si” contribui para a despolitização do conhecimento e para a transferência de autoridade epistêmica a sistemas técnicos controlados por grandes corporações e Estados. Santos (2007) alerta que essa dinâmica reforça a monocultura do saber científico e técnico, marginalizando saberes situados, enquanto Adichie (2014) evidencia que quem controla as narrativas controla também os horizontes de possibilidade. Assim, quando os dados parecem controlar o conhecimento, o que se observa é a consolidação de um poder epistêmico concentrado, que redefine quem pode conhecer, o que pode ser conhecido e quais formas de experiência são legitimadas como verdade.

A questão ética se intensifica ao considerar a modificação da espécie humana. O transhumanismo, movimento que propõe o aprimoramento biotecnológico do humano, pode ser compreendido como uma forma contemporânea de eugenia, ainda que revestida de retórica científica e progressista. Intervenções que afetam constitutivamente a natureza humana comprometem a autonomia moral dos sujeitos futuros, como alerta Habermas (2004), e configuram extensões das biopolíticas modernas, segundo Foucault (2008), ao controlar corpos e normatividades em nome do “progresso”. A promessa de aperfeiçoamento humano frequentemente se ancora em critérios historicamente situados, atravessados por desigualdades sociais, raciais e de gênero, reforçando a crítica de Santos (2007) sobre a monocultura do saber técnico. Adichie (2014) lembra que não

há definição neutra do humano, mas narrativas concorrentes sobre quais vidas são consideradas dignas de aprimoramento. Nesse sentido, transhumanismo e IA se encontram em tensão: ambos reconfiguram a vida, os corpos e o conhecimento, levantando desafios éticos, políticos e epistemológicos centrais.

A epistemologia que governa a inteligência artificial contemporânea é predominantemente técnica, com forte base estatística, em contraste com abordagens positivistas ou utilitaristas clássicas. Sistemas de aprendizado de máquina não buscam leis universais nem ponderações éticas, mas eficiência preditiva e otimização de tarefas específicas. Como aponta Foucault (2008), saberes técnicos operam em regimes de verdade que moldam condutas e decisões; a IA moderna reproduz essa lógica ao processar dados para efeitos práticos, enquanto permanece dependente de escolhas humanas e contextos institucionais. Hume (1748) e Popper (2004) lembram que a indução e a justificação do conhecimento nunca são neutras; Kuhn (2011) reforça que a interpretação depende de paradigmas. Assim, a epistemologia técnica da IA privilegia o operacional sobre o crítico, deslocando decisões, sentidos e responsabilidades para sistemas e corporações que detêm o controle dos dados e algoritmos.

Frente a esses desafios, o pensamento sistêmico complexo oferece um quadro epistemológico e prático para a governança da IA. Morin (2005) enfatiza que sistemas complexos exigem reconhecimento da interdependência, da incerteza e da emergência de propriedades não lineares, indicando que decisões algorítmicas não podem ser avaliadas apenas por eficiência ou correlação estatística, mas também por impactos sociais, éticos e epistemológicos. A abordagem sistêmica permite antecipar efeitos não intencionais e interações emergentes, reduzir riscos de hiperdependência humana e reforço de vieses, e orientar a construção de mecanismos de transparência, accountability e pluralidade epistêmica. Nesse sentido, a governança da inteligência artificial deve ser compreendida como uma prática reflexiva e socialmente responsável, que integra conhecimento técnico, valores humanos e diversidade de saberes, prevenindo que o controle do conhecimento se concentre exclusivamente em elites técnicas ou econômicas.

Do ponto de vista ontológico, a IA desafia a compreensão clássica da condição humana. Se máquinas podem aprender, criar e decidir, o que distingue o humano? A resposta não reside na eficiência cognitiva, mas em dimensões como a consciência reflexiva, a empatia, a responsabilidade ética e a capacidade de atribuir sentido à existência.

Autores do pensamento complexo defendem que a humanidade não deve competir com as máquinas, mas reafirmar aquilo que é irredutível à automação: a experiência vivida, o cuidado com o outro e a consciência da finitude (MORIN, 2011). Nesse sentido, a IA revela menos sobre o futuro das máquinas e mais sobre as escolhas morais da própria humanidade.

O futuro dos humanos em conexão com a Inteligência Artificial não está determinado tecnologicamente, mas politicamente e eticamente. A IA pode tanto ampliar capacidades humanas quanto aprofundar desigualdades e formas sutis de dominação.

Portanto, há uma necessidade de uma abordagem crítica e interdisciplinar, capaz de articular epistemologia, ética e governança democrática da tecnologia. O desafio central não é criar máquinas mais inteligentes, mas preservar e reinventar uma humanidade capaz de orientar o desenvolvimento tecnológico em favor da dignidade, da justiça e do bem comum.

Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Loyola, 1987.
- HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Hedra, 2003.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.